

Sumário

Capítulo 1: Fundamentos do Direito Tributário Brasileiro

- 1.1 O Sistema Tributário Nacional e a Hierarquia das Normas
- 1.2 Definições Essenciais: Tributo, Imposto, Taxa e Contribuição de Melhoria

Capítulo 2: Conceitos Fundamentais do ICMS

- 2.1 Incidência e Fato Gerador
- 2.2 Sujeito Passivo: Contribuinte e Responsável
- 2.3 Não Cumulatividade: O Princípio do Crédito e Débito
- 2.4 Base de Cálculo
- 2.5 Alíquotas
- 2.6 Apuração do Imposto
- 2.7 Documentos Fiscais

Capítulo 3: Regimes Especiais e Benefícios Fiscais no ICMS

- 3.1 Redução de Base de Cálculo
- 3.2 Redução de Alíquota
- 3.3 Isenção
- 3.4 Suspensão
- 3.5 Diferimento
- 3.6 Crédito Presumido
- 3.7 Substituição Tributária

Capítulo 4: Exercícios de Fixação

1.1 O Sistema Tributário Nacional e a Hierarquia das Normas

O Sistema Tributário Nacional (STN) é o conjunto de princípios, regras e normas que regem a instituição, a cobrança e a fiscalização dos tributos no Brasil. Ele é estabelecido pela Constituição Federal e detalhado por leis complementares e ordinárias.

A compreensão da hierarquia das normas é essencial no Direito Tributário:

Constituição Federal: A base de tudo, define as competências tributárias (quem pode cobrar o quê) e as limitações ao poder de tributar.

Leis Complementares: Normas gerais em matéria tributária, como o Código Tributário Nacional (CTN), que estabelecem definições de fatos geradores, bases de cálculo, contribuintes, dentre outras.

Leis Ordinárias: Criam e regulam os tributos específicos, dentro das competências e normas gerais estabelecidas. A Lei nº 15.730/2016 de Pernambuco é um exemplo.

Decretos e Atos Normativos: Regulamentam as leis, detalhando procedimentos e regras para sua aplicação. O Decreto nº 44.650/2017 regulamenta a Lei nº 15.730/2016, que cria o ICMS em Pernambuco.

Diagrama 1: hierarquia das normas tributárias

Constituição Federal

Leis complementares

- Código Tributário Nacional (CTN)

Leis ordinárias

- Lei 15.730/2016 (cria o ICMS em PE)

Decretos

- Decreto 44.650/2017 (regulamenta a Lei 15.730/2016)

Portarias

Instruções normativas, credenciamentos

Notas:

- 1) Qualquer ato de nível inferior nessa sequência hierárquica não pode contrariar ato de nível acima;
- 2) Há matérias próprias para cada nível hierárquico, que não podem ser tratadas em níveis inferiores;

- 3) *Pode haver mais de um documento legal em mesmo nível hierárquico relacionado ao mesmo tema (no caso do ICMS, por exemplo, há leis e decretos próprios dos incentivos que reduzem o ICMS.*

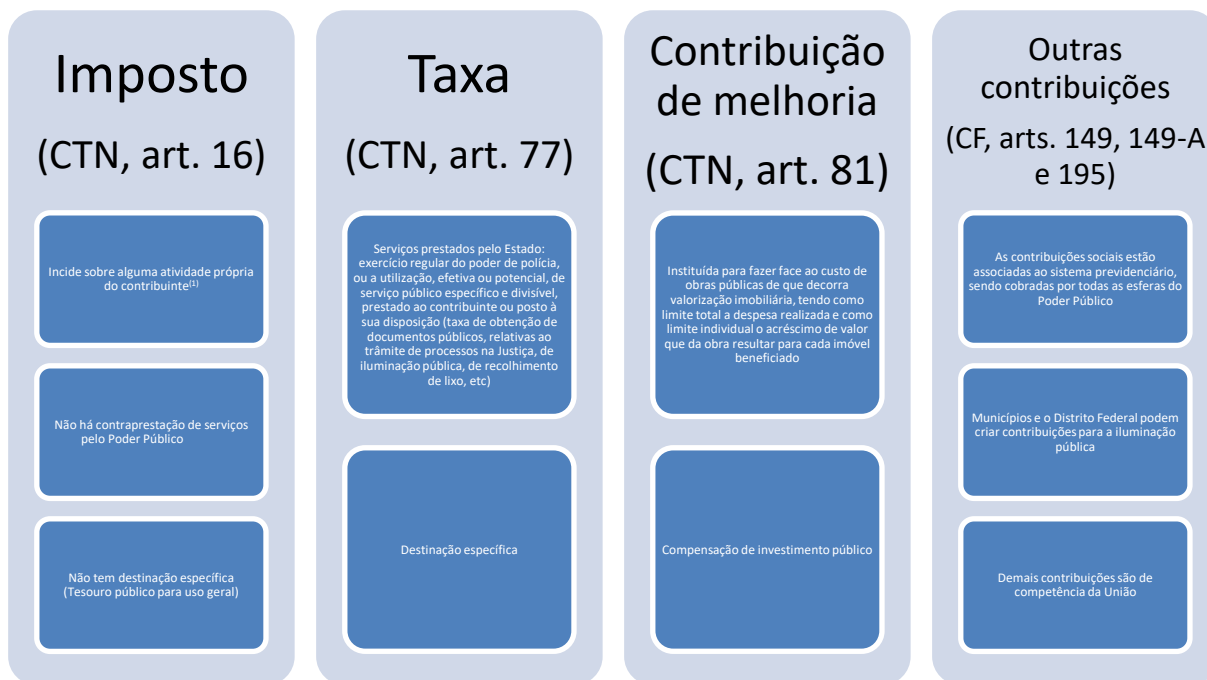
1.2 Definições Essenciais: Tributo, Imposto, Taxa e Contribuições

"Tributo é toda prestação pecuniária compulsória⁽¹⁾, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito⁽²⁾, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada⁽³⁾." (CTN, art. 3º)

Notas:

- (1) *Obrigação de pagar em moeda (não é uma contribuição livre, mas imposta)*
(2) *Há obrigações de pagamento ao Estado resultantes de penalidades aplicadas a infrações às normas, e isso não entra no conceito de tributo*
(3) *O agente público que cobra os tributos segue um rito estabelecido nas normas*

Essa definição é a base para entender as diferentes **espécies tributárias**:



Capítulo 2: Conceitos fundamentais do ICMS

O **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** é um tributo estadual que incide sobre operações de circulação de mercadorias, transporte interestadual e intermunicipal e serviços de comunicação.

2.1 Incidência e Fato Gerador

A **incidência** do ICMS refere-se às operações tributáveis, enquanto o **fato gerador** é o evento que origina a obrigação de pagar o imposto.

Onde incide o ICMS?

- Circulação de mercadorias, exceto transferência entre filiais;
- Serviços de transporte interestadual e intermunicipal;
- Serviços de comunicação (TV por assinatura, telefonia);
- Importação de mercadorias, mesmo para uso próprio.

Exemplo de Fato Gerador:

Uma indústria de móveis em Pernambuco vende um lote de cadeiras para um atacadista na Paraíba. O fato gerador ocorre no momento em que as cadeiras saem do estoque da indústria, mesmo que o pagamento seja posterior.

2.2 Sujeito Passivo: contribuinte e responsável

O **sujeito passivo** é quem deve recolher o ICMS. Pode ser:

- **Contribuinte:** Quem realiza a operação tributável (ex.: loja que vende produtos).
- **Responsável:** Terceiro obrigado a recolher o ICMS por determinação legal (ex.: indústria na substituição tributária).

Exemplos:

- **Contribuinte:** Um supermercado que vende alimentos paga ICMS sobre suas vendas.
- **Responsável:** Uma fábrica de bebidas que recolhe ICMS antecipado sobre as vendas futuras de distribuidores e varejistas.

O sujeito ativo é o próprio Poder Público (União, Unidade Federada ou município a quem é devido o imposto)

2.3 Não Cumulatividade: O Princípio do Crédito e Débito

O ICMS é **não cumulativo**, ou seja, o valor pago em uma etapa da cadeia pode ser compensado na seguinte.

Como funciona?

- **Débito:** ICMS devido nas vendas.
- **Crédito:** ICMS pago nas compras (abate do débito).

Exemplo 1:

- Uma empresa compra matéria-prima por **R\$ 1.000** (ICMS de 20,5% = **R\$ 205** → **crédito**).
- Vende o produto final por **R\$ 2.000** (ICMS de 20,5% = **R\$ 410** → **débito**).
- **ICMS a pagar:** R\$ 410 (débito) – R\$ 205 (crédito) = **R\$ 205**.

Exemplo 2:

Indústria → Atacadista → Varejista → Consumidor Final

Indústria vende para Atacadista por R\$ 100,00

ICMS (20,5%): R\$ 20,50

Preço total: R\$ 120,50

Atacadista vende para Varejista por R\$ 150,00

ICMS devido: R\$ 150,00 × 20,5% = R\$ 30,75

ICMS a recolher: R\$ 30,75 - R\$ 20,50 (crédito) = R\$ 10,25

Varejista vende para Consumidor por R\$ 200,00

ICMS devido: R\$ 200,00 × 20,5% = R\$ 41,00

ICMS a recolher: R\$ 41,00 - R\$ 30,75 (crédito) = R\$ 10,25

Total de ICMS arrecadado: R\$ 20,50 + R\$ 10,25 + R\$ 10,25 = R\$ 41,00

Note que o total arrecadado corresponde exatamente ao ICMS sobre o valor final da mercadoria (R\$ 200,00 × 20,5% = R\$ 41,00), evitando a cumulatividade.

Obs: embora nos exemplos tenhamos tratado de uma única operação, o confronto entre débitos e créditos ocorre em relação aos totais de operações.

2.4 Base de Cálculo

É o valor sobre o qual se aplica a alíquota do ICMS. Inclui:

- Preço da mercadoria.
- Frete, seguros e outras despesas acessórias.

Exemplo:

- Venda de um produto por **R\$ 500** + frete de **R\$ 50**.
- **Base de cálculo = R\$ 550**.
- Se a alíquota for 12%, o ICMS será **R\$ 66**.

Obs: como o ICMS é um imposto que participa da própria base (imposto “por dentro”), o cálculo para o contribuinte é um pouquinho mais complicado. Digamos que o preço formado

do produto antes do ICMS seja de R\$ 1.000,00. O ICMS não será, por exemplo, 20,5% (a alíquota, conforme veremos a seguir) x R\$ 1.000,00, mas antes será feita a conta $R\$ 1.000,00 / (1 - 20,5\%) = R\$ 1.257,86$. Observe-se que $20,5\% \times R\$ 1.257,86 = R\$ 257,86$, de maneira que a diferença é os R\$ 1.000,00 originais antes do imposto. Calma! No IBS isso será mais simples, porque a alíquota será por fora.

2.5 Alíquotas

Variam conforme o estado e o tipo de operação:

- **Internas (dentro do mesmo estado): a modal (a mais frequente) é 20,5% em PE**, mas há outras para outros produtos/serviços (vide tabela)
- **Interestaduais:**
 - **7%** do Sul/Sudeste, exceto Espírito Santo, para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo.
 - **12%** para os demais.
 - **4%** para importações.

Exemplo:

- Venda de **SP para RJ (12%)**.
- Venda de **SP para BA (7%)**.

As alíquotas como percentual sobre a base de cálculo são chamadas de *ad valorem*, mas existem também alíquotas *ad rem*, cobradas por unidade de medida do produto (R\$ 1,47 por litro de gasolina, por exemplo)

Tabela 1 - Alíquotas Internas do ICMS em Pernambuco

Alíquota (%)	Descrição da Operação/Prestação	Norma/Observação
20,5%	Alíquota geral para operações ou prestações internas, quando não há alíquota específica.	Lei nº 18.305/2023, Lei nº 15.730/2016 (Art. 15, VII)
7%	Operações com gipsita, gesso e derivados; óleo combustível tipo bunker.	Lei 15.730/2016, art. 15, VI, “b” e Anexo 5
12%	Operações com trigo, farinha de trigo, pão; serviços de transporte aéreo; veículos automotores novos (NCM 8706.00.10 e 8706.00.90); GNV e GNC.	Lei 15.730/2016, art. 15, V, “a” e “b”; art. 18, I, “a” e Anexo 6
14%	Importação de veículos automotores novos (exceto automóveis $\leq 1000 \text{ cm}^3$).	Lei 15.730/2016, art. 18-B, e Anexo 1-B
15,52%	Operações com Álcool Etílico Hidratado Combustível (AEHC).	Lei 15.730/2016, art. 18-A, I “d” e Anexo 1

Alíquota (%)	Descrição da Operação/Prestação	Norma/Observação
17%	Importação via Regime de Tributação Simplificada (RTS).	Lei 15.730/2016, art. 15, IX
23%	Operações com álcool não combustível (industrialização) ou álcool anidro combustível.	-
28%	Serviços de comunicação (vigente desde 01/01/2024; antes era 30%).	-

Alíquotas *Ad Rem* (por unidade)

Valor	Produto	Período de Vigência
R\$ 1,12/litro	Óleo diesel e Biodiesel B-100	A partir de 01/02/2025
R\$ 1,0635/litro	Óleo diesel e Biodiesel B-100	01/02/2024 a 31/01/2025
R\$ 0,9456/litro	Óleo diesel e Biodiesel B-100	Até 31/01/2024
R\$ 1,39/kg	GLP, GLGN e composições	A partir de 01/02/2025
R\$ 1,4139/kg	GLP, GLGN e composições	01/02/2024 a 31/01/2025
R\$ 1,2571/kg	GLP, GLGN e composições	Até 31/01/2024
R\$ 1,47/litro	Gasolina e Etanol Anidro Combustível (EAC)	A partir de 01/02/2025
R\$ 1,3721/litro	Gasolina e Etanol Anidro Combustível (EAC)	01/02/2024 a 31/01/2025
R\$ 1,2200/litro	Gasolina e Etanol Anidro Combustível (EAC)	Até 31/01/2024

Alíquotas Específicas para Produtos Supérfluos

Descrição	NCM	Alíquota (%)	Adicional FECEP (%)	Carga Tributária Efetiva (%)
Bebidas alcoólicas (exceto cerveja com fécula de mandioca)	2203	25	2	27
Charutos, cigarrilhas e cigarros	2402	27	2	29
Veículos aéreos não motorizados	8801.00.00	25	2	27
lates e embarcações de recreio	8903	25	2	27

Descrição	NCM	Alíquota (%)	Adicional FECEP (%)	Carga Tributária Efetiva (%)
Armas	9302	27	2	29

FECEP: Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECEP)

2.6 Apuração do Imposto

Processo mensal de cálculo do ICMS a recolher:

1. **Somar débitos** (ICMS sobre vendas).
2. **Somar créditos** (ICMS sobre compras).
3. **Compensar** (débitos – créditos).

Exemplo:

Operações de Saída (Débitos):

Venda 1: R\$ 10.000,00 × 20,5% = R\$ 2.050,00

Venda 2: R\$ 15.000,00 × 20,5% = R\$ 3.075,00

Venda 3: R\$ 8.000,00 × 12% = R\$ 960,00

Total de Débitos: R\$ 6.085,00

Operações de Entrada (Créditos):

Compra 1: R\$ 12.000,00 × 20,5% = R\$ 2.460,00

Compra 2: R\$ 6.000,00 × 20,5% = R\$ 1.230,00

Total de Créditos: R\$ 3.690,00

Apuração:

Saldo devedor (ICMS a recolher): R\$ 6.085,00 - R\$ 3.690,00 = R\$ 2.395,00

Se os créditos forem maiores, o saldo fica para compensação futura. Esse saldo é chamado de saldo credor. A apuração é feita na Escrita Fiscal Digital, que deve ser entregue mensalmente à Secretaria da Fazenda pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).


2.7 Documentos Fiscais

São essenciais para comprovar operações e apurar o ICMS:

- **NF-e (Nota Fiscal Eletrônica):** Para vendas de mercadorias.
- **NFC-e (Nota Fiscal ao Consumidor):** Para venda no varejo.
- **CT-e (Conhecimento de Transporte):** Para serviços de frete.

Exemplo:

Uma empresa emite uma **NF-e** ao vender produtos, destacando o valor do ICMS. Se não emitir, pode sofrer multas e perder créditos fiscais.

Recebemos de (razão social do emitente) os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica ao lado.		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		Nº 000.003.509 SÉRIE: 1
Ximenes Ind. e Com. de Brindes Ltda. Rua da Conquista, nº 100 Centro São Paulo - SP 07.500-000 11-2000-2000		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA	 CHAVE DE ACESSO XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO XXXXXXXXXXXXXXXX - XX/XX/XXX
		N° 000.003.509 SÉRIE 1 Página 1 de 1	
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de produção do estabelecimento			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 444.444.444.444		INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 33.333.333/0001-33
DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL Vivax Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.		CNPJ / CPF 12.123.123/0001-30	DATA DA EMISSÃO 15/11/2011
ENDEREÇO Alameda Vivax, nº 123	BAIRRO / DISTRITO Distrito Industrial	CEP 13.123-456	DT SAÍDA/ENTRADA 15/11/2011
MUNICÍPIO Campinas	FONE / FAX 19-1234.1234	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 123.123.123.123
FATURA / DUPLICADA			
Fatura nº 3509 - Vencimento: 13/12/2011			
CALCULO DO IMPOSTO			
B. DE CÁLCULO DO ICMS 47.500,00	VALOR DO ICMS 8.550,00	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 47.500,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
		VALOR TOTAL DO IPI 4.750,00	
		VALOR TOTAL DA NF 52.250,00	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS			
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - EMITENTE 1 - DESTINATÁRIO	CÓDIGO ANTT 1
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO
		PESO BRUTO	
		PESO LÍQUIDO	
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS			
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PROD./SERVIÇO	NCM/SH	CST
P01406TT	Canecas com logotipo	3324.10.00	000
		CFOP	UN
		5101	PQ
		QUANT.	VL. UNITÁRIO
		5.000	3,50
		VALOR TOTAL	V. CÁLC. ICMS
		47.500,00	47.500,00
		VALOR ICMS	VALOR IPI
		8.550,00	4.750,00
		ALÍQUOTAS	ICMS IPI
		18	10
DADOS ADICIONAIS			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		RESERVADO AO FISCO	

As Notas Fiscais podem ser de entrada (se é emitida pelo destinatário do produto/serviço) ou saída (emitida pelo estabelecimento que dá saída ao produto/serviço). Situações comuns de Nota de entrada são na importação e nas aquisições a produtor rural.

Os Códigos Fiscais de Operação (CFOP) são normatizados e podem ser de entrada ou saída. O contribuinte destinatário do produto/serviço, quando lança a Nota Fiscal recebida de um fornecedor na sua escrita, transforma o CFOP que é de saída do remetente em CFOP de entrada (por exemplo, a compra de uma matéria-prima industrial: o fornecedor da matéria-prima escolhe o CFOP de venda de um produto, enquanto o destinatário registra como entrada de produto para industrialização).

Tabela CFOP (Códigos Fiscais de Operação)

- 1.xxx – ENTRADA E/OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DO ESTADO
- 2.xxx – ENTRADA E/OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE OUTROS ESTADOS
- 3.xxx – ENTRADA E/OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DO EXTERIOR (IMPORTAÇÕES)
- 5.xxx - SAÍDAS OU PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS PARA O ESTADO
- 6.xxx - SAÍDAS OU PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS PARA OUTROS ESTADOS
- 7.xxx - SAÍDAS OU PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS PARA O EXTERIOR (EXPORTAÇÕES)

Capítulo 3: Regimes Especiais e Benefícios Fiscais no ICMS

O **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)** possui regimes especiais e benefícios fiscais que visam estimular setores econômicos, simplificar a tributação ou reduzir a carga tributária em operações específicas. Abaixo, detalhamos cada um deles com exemplos práticos:

3.1 Redução de Base de Cálculo

O que é?

A redução da base de cálculo permite que o ICMS seja calculado sobre um valor menor que o total da operação, reduzindo o imposto devido sem alterar a alíquota nominal.

📌 Exemplo 1:

- Base de cálculo reduzida para 60% do valor da operação.
- **Cálculo:**
 - Valor da mercadoria: R\$ 100,00
 - Base reduzida: R\$ 60,00 (60% de R\$ 100,00)
 - ICMS devido: $R\$ 60,00 \times 20,5\% = \textbf{R\$ 12,30}$ (vs. R\$ 20,50 sem redução).

📌 Exemplo 2: produtos da cesta básica em PE

Em Pernambuco, produtos da **cesta básica** têm **redução da base de cálculo do ICMS**, resultando em uma **carga tributária efetiva menor** que a alíquota nominal (20,5% em 2024).

Dados do Exemplo

- **Produto:** Arroz (item da cesta básica)
 - **Valor da operação (preço de venda):** R\$ 100,00
 - **Alíquota nominal do ICMS-PE (2024):** 20,5%
 - **Carga tributária efetiva para cesta básica:** 2,5% (*Decreto nº 26.145/2003*)
-

Passo a Passo do Cálculo

1. **ICMS sem redução (alíquota nominal):**
 $\text{ICMS} = \text{R\$ } 100,00 * 20,5\% = \text{R\$ } 20,50$
 2. **ICMS com redução (carga efetiva de 2,5%):**
 $\text{ICMS devido} = \text{R\$ } 100,00 * 2,5\% = \text{R\$ } 2,50$
 3. **Base de cálculo reduzida:**
Para chegar a R\$ 2,50 de ICMS com a alíquota de 20,5%, a base é ajustada:
 $\text{Base reduzida} = \text{R\$ } 2,50 / 20,5\% = \text{R\$ } 12,20$
-

3.2 Redução de Alíquota

O que é?

Diminuição do percentual aplicado (*ad valorem*) sobre a base de cálculo, reduzindo diretamente o valor do ICMS.

📌 Exemplo:

Venda de R\$ 1.000,00 com alíquota reduzida de 12% (ao invés de 20,5%)

ICMS: $\text{R\$ } 1.000,00 \times 12\% = \text{R\$ } 120,00$

3.3 Isenção

O que é?

Dispensa total do pagamento do ICMS em operações específicas.

Na isenção, o fato gerador ocorre, mas a lei dispensa o pagamento do imposto.

Exemplos:

📌 Exportações:

- Operações para o exterior são **isentas**

📌 Veículos para Pessoas com Deficiência (PCD)

- **Benefício:** Isenção para aquisição de veículos novos por PCDs (física, visual, autismo, etc.).
- **Limite:** Isenção sobre o valor de até **R\$ 70.000,00** (para veículos de até R\$ 120.000,00).

📄 **Produtos Hortifrutícolas em Estado Natural**

- **Benefício:** Isenção para saídas internas e interestaduais de frutas, legumes e verduras

📄 **Leite em Estado Natural (Operações Interestaduais)**

- **Benefício:** Isenção nas vendas para Alagoas
-

3.4 Suspensão

O que é?

Adiamento temporário da exigibilidade do imposto, transferindo a obrigação de pagamento para um momento futuro ou para outro contribuinte, desde que cumpridas condições específicas.

Exemplo:

📄 **Remessa para Demonstração**

- **Benefício:** ICMS suspenso na saída de mercadorias para demonstração (ex.: equipamentos para feiras).
 - **Condição:** Devolução em **60 dias**
-

3.5 Diferimento

O que é?

Postergação do pagamento do ICMS para outra etapa da cadeia (ex.: consumidor final).

Exemplos:

📄 **Importação de Mercadorias**

- **Benefício:** Diferimento do ICMS na importação

📄 **Aquisição interna de bens do ativo fixo** pelo estabelecimento industrial (máquinas, equipamentos, etc.)

3.6 Crédito Presumido

O que é?

Crédito fictício de ICMS que reduz o imposto devido, sem necessidade de comprovação de débito anterior.

Exemplo:

📌 Prodepe

- **crédito presumido de 75% sobre o saldo devedor:**
 - ICMS devido no mês: R\$ 10.000,00
 - Crédito presumido (75%): R\$ 7.500,00
 - **ICMS a pagar:** R\$ 2.500,00

Obs: saldo devedor é o resultado positivo da diferença entre débitos e créditos do contribuinte no período fiscal (geralmente o mês civil)

3.7 Substituição Tributária (ICMS-ST)

O que é?

O estabelecimento substituto recolhe o ICMS devido por outros contribuintes, chamados de substituídos. Normalmente está associado o conceito de Margem de Valor Agregado (MVA) ou de preço ao consumidor final, de maneira que o ICMS-ST incide sobre essa base agregada à operação própria do contribuinte. Note-se que a operação real pode ser diferente da estimativa, o que enseja ajustes entre o Estado e o contribuinte.

O ICMS-ST geralmente é usado porque é mais fácil para a fiscalização acompanhar um menor número de contribuintes, em relação a uma multiplicidade de estabelecimentos pequenos na venda final ao consumidor, como no caso de cervejas, com ICMS-ST cobrado na etapa industrial ou entrada do produto no Estado.

Exemplo:

Cenário: Venda de bebidas alcoólicas (cervejas) de um fabricante em Pernambuco para um varejista no mesmo estado.

Dados da Operação

Produto: Cerveja

Valor da venda do fabricante ao distribuidor: R\$ 1.000,00

Margem de Valor Agregado (MVA) para bebidas em PE: 40% (Anexo I do RICMS/PE)

Alíquota interna do ICMS em PE: 20,5%

Passo a Passo do Cálculo do ICMS-ST

ICMS Próprio (Operação própria do fabricante)

Calculado sobre o valor da venda (R\$ 1.000,00).

ICMS próprio = $R\$1.000,00 \times 20,5\% = R\$205,00$

Base de Cálculo da ST (Com MVA)

Valor da operação + margem presumida (40%).

Base ST = $R\$1.000,00 \times (1 + 0,40) = R\$1.400,00$

ICMS-ST Bruto (Total Devido na Cadeia)

Aplicação da alíquota sobre a base presumida.

ICMS-ST Bruto = $R\$1.400,00 \times 20,5\% = R\$287,00$

ICMS-ST Líquido (Valor a Recolher pelo Fabricante)

Subtrai-se o ICMS próprio já pago.

ICMS-ST = $R\$287,00 - R\$205,00 = R\$82,00$

Resumo da Operação

ITEM	VALOR (R\$)
------	-------------

Valor da venda	1.000,00
----------------	----------

ICMS Próprio (20,5%)	205,00
----------------------	--------

Base de Cálculo ST (MVA 40%)	1.400,00
------------------------------	----------

ICMS-ST Bruto (20,5%)	287,00
-----------------------	--------

ICMS-ST a Recolher	82,00
--------------------	-------

Resultado:

O fabricante recolhe R\$ 205,00 (ICMS próprio) + R\$ 82,00 (ICMS-ST).

O varejista não precisa pagar ICMS na revenda ao consumidor final (tributação encerrada).

Capítulo 4: Exercícios de fixação

- 1) Calcule o ICMS devido em uma venda de R\$ 5.000,00 com alíquota de 20,5% e redução de base de cálculo de 40%.
- 2) Uma empresa tem ICMS devido de R\$ 1.000,00 e crédito presumido de R\$ 300,00. Qual o valor a recolher?
- 3) O princípio da não cumulatividade do ICMS significa que:
 - a) O imposto não pode ser cobrado duas vezes sobre a mesma mercadoria
 - b) O imposto pago nas operações anteriores pode ser compensado com o devido nas operações seguintes
 - c) O imposto só incide uma vez por mês
 - d) O imposto não pode ser cumulado com outros tributos
- 4) Em uma operação com redução de 40% da base de cálculo, sobre uma venda de R\$ 5.000,00 com alíquota de 20,5%, o ICMS devido será:
 - a) R\$ 615,00
 - b) R\$ 1.025,00
 - c) R\$ 410,00
 - d) R\$ 2.050,00
- 5) A diferença entre isenção e diferimento é que:
 - a) Na isenção não há fato gerador, no diferimento há
 - b) Na isenção o imposto é zero, no diferimento é adiado
 - c) Não há diferença, são sinônimos
 - d) A isenção é temporária, o diferimento é permanente
- 6) Uma empresa teve os seguintes dados em abril/2025:

Vendas: R\$ 50.000,00 (alíquota 20,5%)

Compras: R\$ 30.000,00 (alíquota 20,5%)

Crédito presumido: R\$ 500,00

Calcule o valor a recolher de ICMS.
- 7) A empresa Nordeste Ltda. realizou as seguintes operações em maio/2025:

Venda de produtos alimentícios: R\$ 80.000,00 (alíquota 20,5%)

Venda de produtos de informática: R\$ 40.000,00 (alíquota 12%)

Compra de matéria-prima: R\$ 60.000,00 (alíquota 20,5%)

Compra de equipamentos: R\$ 20.000,00 (alíquota 20,5%)

Energia elétrica consumida: R\$ 5.000,00 (alíquota 25%)

Considerando que a empresa tem direito a crédito de ICMS sobre todas as compras, calcule o valor a recolher.

8) Explique como seria a tributação de uma cadeia produtiva com três etapas:

Indústria vende para atacadista por R\$ 100,00

Atacadista vende para varejista por R\$ 140,00

Varejista vende para consumidor por R\$ 200,00

Considere alíquota de 20,5% em todas as operações.